



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA-CBMB

TERMO DE REFERÊNCIA 00083676771

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOTA DE COMBATE A INCÊNDIO

1. DO OBJETO

Formação de Registro de Preços para eventual aquisição de Equipamento de Proteção Individual para Combate a Incêndio Urbano, Bota, para emprego em operações de combate a incêndio e formação técnico-profissional bombeiro-militar.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia – CBMBA, instituição do sistema de segurança pública da Bahia, responsável pelas atividades de combate a incêndio, resgate e salvamento, defesa civil, dentre outras, vem, nos últimos anos, expandindo suas atividades no território baiano em consonância com o Planejamento Estratégico 2020- 2025. Nesse sentido, a amplitude das operações necessita cada vez mais de equipamentos modernos, capazes de permitir ao bombeiro militar maior eficiência e eficácia no atendimento à população nas ocorrências diárias, com o objetivo principal de mitigar os acidentes causados pela ação do calor e de produtos perigosos existentes nos vários cenários que o bombeiro militar necessita trabalhar.

Segundo o Manual de equipamentos de proteção individual e respiratória do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2006), “os equipamentos de proteção individual são fundamentais para a segurança do bombeiro no exercício de suas funções, principalmente quando se leva em conta que o bombeiro, diuturnamente, está exposto aos mais variados riscos, em virtude da peculiaridade de suas atividades. Ele está sujeito aos mais diversos cenários possíveis”. Traz ainda o referido Manual que para a proteção do bombeiro no atendimento de ocorrências com temperaturas elevadas, por estar sujeito aos efeitos nocivos do calor, é necessário um conjunto de equipamentos de proteção individual que protejam toda a sua superfície corporal. Neste diapasão, devem ser utilizados os seguintes equipamentos: capacete, capuz, capa, luva, calça e bota.

A bota para combate a incêndio urbano é componente integrante do Equipamento de Proteção Individual – EPI do bombeiro militar que atua em ocorrências de incêndio, a qual tem o papel de proporcionar a proteção dos membros inferiores, notadamente dos pés e tornozelos, dos bombeiros. Esse equipamento é de suma importância para a segurança dos militares que têm de enfrentar diretamente e ofensivamente as chamas provenientes de um incêndio, com o intuito de salvar vidas ou de preservar patrimônio.

A bota deve oferecer proteção adequada para os pés quanto a exposições ao calor, objetos cortantes ou perfurantes e razoável proteção química contra substâncias que possam haver no local de ocorrência, sem contudo reduzir a capacidade de movimentação do bombeiro, devendo ainda ser confortável, leve e de fácil colocação.

Investir em tecnologia, com a aquisição de equipamentos de proteção individual com especificações técnicas de última geração, proporcionará um elevado grau de valorização do profissional bombeiro militar, sendo um ponto vital para as corporações. A aquisição de novos EPIs para combate a incêndio urbano, devidamente adequados ao serviço, visa suprir a necessidade de botas para os bombeiros militares que ainda não o possuem, mas também visa a substituição dos existentes que se encontram desgastados ou inservíveis, com vistas a promover a segurança dos bombeiros.

Por fim, sugere-se a aquisição desse equipamento por meio de Pregão Eletrônico em âmbito internacional, pois, embora existam no mercado nacional produtos que atendam às exigências e normas previstas para o objeto, as quais são imprescindíveis para a segurança do bombeiro militar e sua exclusão pode acarretar o comprometimento da saúde e segurança do usuário, conforme descrito acima, haverá a ampliação do número de participantes, resultando em uma maior competitividade com o menor preço e melhor qualidade. Vale ainda ressaltar que, por se tratar de materiais importados, o Pregão Internacional proporcionará uma economicidade para a administração, haja vista a previsão de aplicação da imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, V, a, da Constituição Federal, nos casos em que o estado atua como importador.

3. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

OBJETO	QUANTIDADE
BOTA, para combate a incêndios, construída e certificada conforme normas EN ISO 20345 e EN 15090, classificadas na simbologia F2A, HI3, CI, SRC e demais exigências técnicas definidas conforme Termo de Referência. NCM: 64039190	4000 pares

3.1. As especificações técnicas e parâmetros para a construção do produto em epígrafe estão descritos nas normas EN ISO 20345:2011, NORMA EN 15090:2012 e classificadas na simbologia F2A, HI3, CI, SRC, e os seguintes requisitos adicionais: CI AN (ou M) SRC; com designação F2A impressa no lado de fora do cano a quente, e requisitos adicionais impressos no lado de fora ou no lado de dentro da bota, com demais exigências técnicas definidas neste memorial descritivo. Para enquadramento é necessário atender todos os parâmetros normativos e as exigências técnicas. Caso o produto ofertado tenha classificação de padrões de desempenho diferente ao solicitado, somente será aceito para os casos de superioridade (maior nível de proteção) nos padrões mínimos exigidos

3.1.1. Cabedal;

3.1.1.1. Deve ser confeccionado em couro vaqueta flor integral hidrofugado com proteção antichama, com espessura mínima de 2,0 mm. Internamente etiqueta de poliéster termo fixada ou costurada com a identificação de numeração do produto.

- 3.1.2. Sobrebiqueira;
- 3.1.2.1. Proteção de sobre biqueira em borracha nitrílica, couro ou em TPU com alta resistência ao desgaste e rasgamento com acabamento tipo carbono resistente a alta temperatura com espessura mínima de 1,5mm e bordas com redução de espessura mínima para 0,5mm fixada no cabedal por vulcanização ou costura dupla de maneira resistente.
- 3.1.3. Linhas e Costuras;
- 3.1.3.1. Costuras simples, duplas e triplas, conforme o local da costura e necessidade de costura reforçada, com linha de para-aramida ou meta-aramida ou algodão com revestimento de poliuretano e base em poliamida número 30/40 e sistema e torção dupla para melhor ajuste do ponto e durabilidade.
- 3.1.4. Biqueira;
- 3.1.4.1. Biqueira e contra-forte biqueira em composite ou aço, resistente ao impacto e a compressão, com protetor de borda em material emborrachado para melhor conforto e proteção. Contraforte confeccionado em material termoplástico de alta durabilidade e resistência, constituído por uma lâmina de resina polimérica, contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão, reforçada por uma tela de poliéster para maior durabilidade.
- 3.1.5. Alça;
- 3.1.5.1. Alça ou alças de calce rápido em formato funcional, confeccionado em couro flor integral hidrofugado com proteção antichama ou outro material que ofereça a mesma proteção ou proteção superior.
- 3.1.6. Forro interno;
- 3.1.6.1. Forração interna, deve ser construída em sistema meia ou "bottie" ou sistema AGO de construção da forração interna de no mínimo 03 camadas com uma membrana, sendo que pelo menos uma camada feita de politetrafluoretileno (PTFE) ou superior comprovada através de laudos, NÃO sendo admitida membrana em PU por já comprovada baixa durabilidade, deverá ser totalmente forrada com barreira de umidade (membrana), que garanta a impermeabilidade e estanqueidade de fora para dentro da bota, não permitindo a passagem de vapores ou líquidos, mas permitindo a transpiração de dentro para fora;
- 3.1.6.2. O revestimento interno deverá manter os pés secos, frescos e confortáveis e dispersar a umidade;
- 3.1.6.3. A membrana não pode permitir a passagem de líquidos corporais como sangue para evitar uma contaminação de HIV, HBV (Hepatite B) e HCV (Hepatite C), garantindo proteção contra bactérias, de acordo com a norma ISO 16603:2004, e deverá possuir resistência viral com requisitos de resistência a agentes patogênicos virais e transmitidos pelo sangue, conforme especificado nas normas ASTM F1671 e ISO 16604 comprovado através de certificado conforme item 3.2.10.4.
- 3.1.7. Palmilha de Montagem e Segurança;
- 3.1.7.1. Deve ser constituída em total conformidade com a Norma ISO 20345:2011. Na base da palmilha de montagem poderá ser fixada uma palmilha de isolamento térmico, construída em bolha com célula de ar de 3,0 mm revestida com papel aluminizado ou similar para maior conforto e proteção do calor induzido.
- 3.1.8. Palmilha de Conforto;
- 3.1.8.1. Palmilha de conforto em poliuretano com no mínimo 5 (cinco) mm de espessura medido na área do calcanhar, formato anatômico e sistema de ajuste ao pé para melhor distribuição do peso no caminhar, revestida com tecido poliéster pluma com tratamento bactericida integral que iniba a proliferação da sudorese excessiva, bactérias e fungos.
- 3.1.9. Solado;
- 3.1.9.1. Deve ser composto de bicomponente, a base de borracha massa nitrílica com alto grip resistente a alta temperatura, travas com derrapante tratorados medindo no mínimo 5 mm de altura e desenho dinâmico com área de tração e freio, vulcanizado a frio diretamente no cabedal e a planta e salto do solado deverá ser preenchida com polímero para maior isolamento térmico e absorção de impacto, sem prejuízo a segurança mecânica, ou em material a base de borracha massa nitrílica, sendo totalmente preenchido. Serão aceitos modelos que não possuem preenchimento desde que a performance adequada seja comprovada pelas normativas requisitadas neste Termo de Referência.
- 3.1.10. Pesos e Medidas;
- 3.1.10.1. O peso da bota deve ser no máximo 1,3 kg (permitindo-se variação de +5% para mais, referente ao tamanho 40 BR) e a diferença entre a massa do pé esquerdo do calçado e a massa do pé direito não deve ultrapassar 20 gramas;
- 3.1.10.2. A altura do cano da bota (medido do solo ao topo do cano pela lateral) deverá ser de no mínimo 26cm e no máximo 33cm (±5% de tolerância, referente ao tamanho 40 BR).
- 3.1.11. Fechamento da Bota;
- 3.1.11.1. Deverá estar equipada com fecho rápido frontal, composto por sistema rápido de ajuste onde o utilizador após vestir a bota, para ajusta-la ao corpo necessite apenas de puxar o cadarço ou dispositivo dedicado que faça controle dos cadarços e travar o sistema de ajuste rápido da bota (ou somente girar a catraca e travar), que poderá ser do tipo trava de clipe ou catraca, fixado à bota por cadarços de material resistente à água e ao fogo, com regulador e trava de ajuste que desobrigue o usuário a atar e desatar os cadarços no ato de calçar e descalçar as botas, sem que o equipamento fique frouxo.



Fecho Tipo Catraca	Fecho Tipo Clipe ou Trava
	

Figura Ilustrativa 01	Figura Ilustrativa 02
-----------------------	-----------------------

3.1.12. O fecho rápido frontal;

3.1.12.1. O fecho frontal deverá ser por meio de trava rápida de alavanca ou catraca, e o sistema trava, deverá possuir:

3.1.12.1.1. Sistema de contenção e trava do cadarço tipo fecho de cliques ou catraca de material sintético após respectivo pré-ajuste da necessária da largura do pé;

3.1.12.1.2. O sistema de ajuste deverá permitir o manuseio facilitado quando o usuário estiver calçando luvas;

3.1.12.1.3. Quando o sistema de ajuste for do tipo de puxar o cadarço e travar a alavanca do clipe ou catraca, o cadarço que sobrar após o travamento deverá ser alojado em um bolso externo da bota, localizado na lateral do cano, e na extremidade do cadarço deverá ser acoplada a uma alavanca para facilitar a puxada de ajuste da bota;

3.1.12.1.4. Quando o sistema de ajuste for de catraca, que não deixe sobra de cadarço após o ajuste, o bolso externo no cano da bota será dispensável;

3.1.12.1.5. Não serão aceitas botas totalmente fechadas.

3.1.13. Embalagem individual;

3.1.13.1. Caixa de papelão acabamento de primeira qualidade, indicação externa da referência, numeração correspondente ao modelo embalado, nome e logomarca do fabricante.

3.1.14. Tamanho;

3.1.14.1. Deverão estar disponíveis para fornecimento, no mínimo, todos os tamanhos inteiros do 34 ao 44 na numeração brasileira, ou tamanhos equivalentes em outros sistemas de numeração.

3.1.14.2. O fabricante deverá disponibilizar tamanhos extremos, para atender a demanda de bombeiros, os quais seu tamanho do pé não se enquadre dentro da tabela de numeração padrão brasileiro.

3.1.15. Informações que devem conter a bota;

3.1.15.1. Logomarca CE normatizada e símbolo F2A;

3.1.15.2. Tamanho da Bota;

3.1.15.3. Marca de identificação do fabricante;

3.1.15.4. Nome do modelo;

3.1.15.5. Ano de fabricação, informando no mínimo o trimestre;

3.1.15.6. País de fabricação;

3.1.15.7. Norma Europeia EN 15090:2012 ou mais atual;

3.1.15.8. O nível de proteção conforme segue: HI3+SRC+CI+AN ou M.

3.2. Documentação Técnica

3.2.1. A empresa arrematante deverá apresentar documentação técnica, incluindo relatórios de ensaio, emitido por organismo certificador ou laboratório de testes, comprovando a certificação da bota para combate a incêndio urbano pelas normas EN 15090:2012 e ISO 20345:2011, conforme parâmetros descritos neste Termo de Referência.

3.2.1.1. Certificado CE da Norma EN 15090:2012 atestando que as botas atendam simultaneamente aos seguintes itens:

3.2.1.1.1. Foram testadas quanto à proteção mecânica e térmica enquadrando-se como do tipo 2 para bombeiros, código correspondente: "F2";

3.2.1.1.2. Foram testados quanto à proteção elétrica enquadrando-se como antiestática ou calçadas isolantes ou sola de alta resistência a descargas elétricas, códigos correspondentes: "A";

3.2.1.1.3. Foram testadas conforme o isolamento térmico com código "HI3";

3.2.1.1.4. Foram testadas quanto à propriedade que cumpre os testes de escorregamento em chapa de metal e cerâmica apresentando o código "SRC";

3.2.1.1.5. Foram testadas conforme isolamento térmico com código "CI";

3.2.1.1.6. Foram testados com proteção ao impacto no tornozelo ou Metatarso, apresentando o código "AN" ou "M".

3.2.2. Será aceita também documentação técnica que ateste o cumprimento de versões das normas e EN mais recentes do que as citadas neste item.

3.2.3. Somente serão aceitos documentos originais ou cópias autenticadas.

3.2.4. O certificado somente será aceito como válido quando o organismo certificador for acreditado por um organismo signatário de acordo multilateral de reconhecimento (*Multilateral Recognition Arrangement – MLA*) estabelecido por uma das seguintes cooperações:

International Accreditation Forum, Inc. – IAF;

European co-operation for Accreditation - EA;

International Laboratory Accreditation Cooperation - ILAC.

Interamericam Accreditation Cooperation – IAAC.

3.2.5. Caberá ao licitante informar através de Declaração assinada pelo Representante Legal da Empresa proponente, qual organismo signatário de acordo multilateral acreditado, organismo certificador, e o laboratório de testes emissores da documentação técnica apresentada, para Certificação. Essa Declaração deverá ser entregue junto com a documentação técnica.

- 3.2.6. A não inclusão da informação mencionada acarretará a imediata desclassificação da proponente. A documentação técnica será reconhecida pelo pregoeiro apenas nos casos em que, explicitamente, fizer menção ao atendimento às Normas exigidas e quando exigidos, fazer menção ao atendimento a requisitos de desempenho específicos constantes do escopo das Normas citadas.
- 3.2.7. Não será aceita documentação emitida por Órgão Certificador e Laboratórios de testes para certificação cuja acreditação estiver suspensa.
- 3.2.8. Os documentos apresentados em idioma estrangeiro deverão ser apresentados traduzidos, através de tradução livre. Também serão aceitos CONSULARIZADOS ou APOSTILADOS, na fase de habilitação.
- 3.2.9. Para a assinatura do contrato, os documentos apresentados em idioma estrangeiro deverão ser CONSULARIZADOS ou APOSTILADOS, na forma da legislação vigente, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado, conforme dispõe o art. 224 do Código Civil Brasileiro e Arts. 156 e 157 do Código de Processo Civil Brasileiro. Excetuam-se apenas as expressões estritamente técnicas que não possuam tradução compatível no vernáculo. Somente serão aceitos documentos originais ou cópias autenticadas.
- 3.2.10. As certificações técnicas serão exigidas juntamente com a proposta, quando da fase de aceitação.
- 3.2.10.1. Os licitantes deverão fornecer proposta objetiva, sendo vedada a cópia da especificação deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação;
- 3.2.10.2. Deverá a empresa apresentar marca e modelo do objeto em sua proposta, sob pena de desclassificação;
- 3.2.10.3. Relatório de ensaio correspondente ao certificado apresentado no item 3.2.1.1. que comprove o íntegro atendimento dos requisitos mínimos exigidos neste instrumento;
- 3.2.10.4. Comprovação que a membrana, item 3.1.6.3, foi testada de acordo com as Normas ISO 16603:2004 e ASTM F1671 e ISO 16604;
- 3.2.10.5. Catálogos, fichas técnicas ou folhetos que comprovem o atendimento das especificações contidas no descritivo técnico do produto informando marca e modelo.
- 3.2.11. O não cumprimento de qualquer uma das exigências acima acarretará a desclassificação da empresa.

4. **DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

De acordo com o inciso II, artigo 31 da Lei Estadual nº 9.433/05, as compras sempre que possível deverão ser processadas através de sistema de registro de preços. Este dispositivo foi regulamentado pelo Decreto nº 36.519, de 28 de maio de 2015, alterado pelo Decreto nº 19.252 de 17 de setembro 2019, o qual estabelece, em seu art. 3º que o “SRP se destinará ao processamento das compras de aquisição frequente e serviços de menor complexidade técnica, podendo ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;
- II - quando for apropriado à execução de programas ou projetos de governo, consórcios públicos, convênios ou instrumentos congêneres;
- III - quando não for possível definir, com exatidão, o quantitativo ou o momento em que o objeto será demandado pela Administração Pública Estadual;
- IV - quando houver possibilidade de ampliação da economia de escala com o agrupamento de bens ou de serviços, sem prejuízo da isonomia e da competitividade.

Considerando que a aquisição para o objeto pretendido é para suprir tanto as necessidades atuais quanto futuras da Corporação, é mais indicada a adoção do Sistema de Registro de Preço, o qual permite a aquisição de forma eficiente e racional, gerando economia de recursos ao erário público, assim como a redução de tempo quando da efetiva necessidade de aquisição.

Portanto, com fulcro no art. 3º, incisos III e IV, do Decreto nº 19.252/2019, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preço.

5. **DA CLASSIFICAÇÃO DE BEM COMUM E DA RESERVA DE COTAS**

5.1 Da Classificação de Bem Comum

5.1.1. O objeto a ser adquirido enquadra-se na classificação de bem comum, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, da Lei Estadual n.º 9.433/2005 e do art. 2º, §2º, do Decreto Estadual n.º 8.590/2003;

5.2 Da Reserva de Cotas

- 5.2.1. Uma vez que o valor referencial dessa aquisição é superior a R\$ 80.000,00, a presente licitação não é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, como determina o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06;
- 5.2.2. No mesmo sentido, não haverá reserva de cota uma vez que a divisão do objeto em mais de um lote ensejará à Administração Pública a perda da economia de escala que é alcançada com apenas um lote. Ademais, poderá proporcionar diversidade entre marcas e modelos de fabricantes, o que pode trazer prejuízos doutrinários e operacionais;
- 5.2.3. Assim, NÃO haverá a reserva de cotas na presente aquisição com fulcro no art. 49, III, da LC nº 123/06, o qual traz que:

Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

III O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

6. **DA AVALIAÇÃO DE CUSTO E QUANTIDADE**

6.1. Do Custo da aquisição

6.1.1. O valor máximo global da aquisição do objeto em moeda nacional (real) é de **R\$ 5.687.480,00 (cinco milhões seiscentos e oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta reais)** e em moeda estrangeira (euro) é de **1.067.080,00 € (um milhão sessenta e sete mil e oitenta euros)**, considerando a taxa PTAX de venda do dia 21/02/2024, disponível no site <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes> do Banco Central do Brasil.

SERVIÇO/MATERIAL COTADO:	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOTAS PARA COMBATE A INCÊNDIO
--------------------------	---

PERÍODO DE COTAÇÃO:				DE 01 A 05 DE FEVEREIRO DE 2024																
ITEN	COD. SIMPAS	NCM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	TAXA DE CâMBIO REFERENCIAL (EURO)	PREÇOS FORNECEDORES								PREÇO MÉDIO				DEGRAU	VARIAÇÃO
							EMPRESA 01		EMPRESA 02		EMPRESA 03									
							RESGATÉCNICA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE EIRELI CNPJ: 15.453.449/0001-82		MULTITEC COM. E REPRES. DE EPI'S E UNIFORMES LTDA CNPJ: 07.604.079/0001-09		ITURRI COIMPAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EPI'S LTDA CNPJ: 61.451.654/0001-26									
							PREÇO UNITÁRIO (€)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (€)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (€)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (€)	PREÇO TOTAL (€)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)				
1	42.40.20.00017564-1	64039190	BOTA, de segurança, polivalente, para combate a incêndios estruturais, florestais e atividades de resgate.	4000	Pr	5,33 €	240,00 €	R\$ 1.279,20	250,00 €	R\$ 1.332,50	310,30 €	R\$ 1.653,90	266,77 €	1.067.080,00 €	R\$ 1.421,87	R\$ 5.687.480,00	R\$ 25.000,00	29,29%		

6.1.2 O **valor médio unitário** que será utilizado para a pretendida aquisição em moeda nacional (real) é de **R\$ 1.421,87 (um mil quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e sete centavos)** e em moeda estrangeira (euro) é de **266,77 € (duzentos e sessenta e seis euros e setenta e sete centavos)**, considerando a taxa PTAX de venda do dia 21/02/2024, disponível no site <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes> do Banco Central do Brasil.

6.2 Da Metodologia de Cálculo

O objeto desta licitação é um EPI polivalente, utilizado pelos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia no combate a incêndios florestais e urbanos. O CBMBA possui atualmente um efetivo de 3.673 bombeiros militares distribuídos nas principais localidades do estado, prestando diuturnamente o socorro às emergências. Ressalta-se ainda a previsão de ingresso de mais 300 soldados ainda em 2024 e 50 oficiais em 2025, estimativa de 4.053 militares até 2025. Ademais, a Corporação realiza constantemente cursos de especialização na área de combate a incêndio e atua no combate aos incêndios florestais em 04 (quatro) bases localizadas nas regiões do estado, além de haver a necessidade de reserva técnica a fim de não haver solução de continuidade. Desse modo, fica evidente a necessidade premente da aquisição desse EPI visando suprir as necessidades atuais e futuras do CBMBA, justificando-se, assim, a licitação para a formação de Registro de Preços de 4.000 pares de bota de combate a incêndio.

7. DO RECEBIMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Do local de entrega

- 7.1.1. A entrega do objeto será realizada no Departamento de Apoio Logístico do CBMBA, localizado no seguinte endereço: Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 5067, Parque Bela Vista, Salvador-Bahia, CEP: 40.280-000, de segunda às sextas-feiras, das 08h às 11h30 e de 14h às 17h00.
- 7.1.2. No ato da entrega e descarregamento dos volumes contendo os objetos, no Departamento de Apoio Logístico, a empresa vencedora do certame deverá disponibilizar pessoal necessário e suficiente para realizar tal atividade.
- 7.1.3. A empresa deverá informar, via telefone ou e-mail, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, o dia o horário da entrega por meio do e-mail dal.comat@cbm.ba.gov.br e dal.contratos@cbm.ba.gov.br.

7.2 Dos prazos de entrega

- 7.2.1. A empresa contratada deverá entregar, no prazo máximo descrito abaixo para cada quantitativo a ser solicitado. O CBMBA deverá informar a grade de tamanhos solicitados.
- 7.2.2. O prazo para entrega ocorrerá a contar da data da **assinatura da Autorização de Fornecimento de Material - AFM**, a qual dar-se-á após a emissão da Nota de Empenho, para os **licitantes nacionais**, e a contar da data da **emissão da Carta de Crédito**, para os **licitantes estrangeiros**.
- 7.2.3. Deverão ser obedecidos os seguintes prazos de entrega, conforme a quantidade a ser efetivamente adquirida:
- De 800 a 1.500 pares: até 120 (cento e vinte) dias corridos;
 - De 1.501 a 3.000 pares: até 150 (cento e cinquenta) dias corridos;
 - De 3.001 a 4.000 pares: até 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.3 Das condições de recebimento

O recebimento por parte do Corpo de Bombeiros Militar observará o estabelecido abaixo:

- 7.3.1. **Recebimento provisório:** o objeto será recebido provisoriamente mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do material entregue, de acordo com a especificação constante deste Termo de Referência.
- 7.3.2. **Recebimento definitivo:** o objeto será recebido definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento provisório, após o aceite, a nota fiscal ou fatura proforma (no caso de empresas estrangeiras). Será atestada e remetida para pagamento, após verificação:

- a) das Quantidades previstas;
- b) do atendimento ao prazo de entrega estipulado;
- c) do atendimento às especificações contidas neste Termo de Referência;
- d) da apresentação do certificado de garantia do bem estipulada neste Termo de Referência.

7.3.3. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos equipamentos;

7.3.4. No ato do recebimento, caso o material apresentado não esteja em conformidade com o especificado neste Termo de Referência, o CBMBA poderá recusar total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito à indenização.

7.3.5. Caso o objeto apresente defeito de fabricação ou quaisquer outros defeitos que impossibilitem seu uso deverá ser substituído, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data da comunicação feita pelo Departamento de Apoio Logístico – DAL.

7.4 Da Forma de Fornecimento

7.4.1. Os objetos deverão ser entregues novos, devidamente embalados e protegidos, sem uso, acompanhados dos acessórios originais (quando houver), do manual de instrução e preservação em português, do termo de garantia (do fabricante) e da lista de endereços para a assistência técnica autorizada. A entrega dos objetos será processada de forma parcelada, de acordo com a necessidade e solicitação da Corporação.

7.5 No caso de licitante estrangeiro

7.5.1. O Despachante Aduaneiro indicado pela CONTRATADA, devidamente credenciado perante o SISCOMEX – Sistema de Comércio Exterior, será responsável pelo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de nacionalização do objeto desta licitação no país, sendo responsabilidade da CONTRATADA ESTRANGEIRA ou seu representante legal no Brasil, prestar todo auxílio necessário ao Despachante ou Comissão designados, sendo que:

7.5.2. **O importador será o Estado da Bahia**, através do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, com objeto destinado a órgão de Segurança Pública;

7.5.3. A contratada ou seu representante legal no Brasil responsabilizar-se-á e arcará com os custos decorrentes de todos os atos necessários para o desembaraço aduaneiro, compreendendo honorários do Despachante Aduaneiro ou Comissão, as taxas, tarifas e impostos referentes à: licenças de importação, desembaraço aduaneiro, descarregamento do veículo transportador, armazenagem alfandegária, capatazia, despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, inclusive indicando a adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque;

7.5.4. As condições de importação devem seguir as mesmas exigências estabelecidas na proposta de preços;

7.5.5. A Licença de Importação – LI para o objeto desta licitação é sujeita a licenciamento não automático, com base nas imunidades e isenções fiscais e parafiscais concedidas ao Estado da Bahia/ Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, com objeto destinado a órgão de Segurança Pública.

7.5.6. A contratada ou seu representante legal no Brasil deverá promover todo o apoio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pelo CBMBA, devidamente credenciado perante o SISCOMEX, nas ações necessárias para atendimento às diligências e exigências estabelecidas pela Secretaria de Controle Externo – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, ou pelos órgãos anuentes da Licença de Importação, bem como na gestão junto aos órgãos de comércio exterior para otimização do trâmite de importação.

7.5.7. A contratada ou seu representante legal no Brasil será responsável por toda movimentação de carga em relação ao cumprimento do objeto, devendo estabelecer os quesitos de consolidação e modal.

7.5.8. O transporte deverá atender à legislação brasileira, inclusive o previsto pelo Decreto nº 6.759/2009.

7.5.9. As cargas embaladas, consolidadas ou não, deverão estar conforme a respectiva lista de conteúdo (Packing List).

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Da Contratante

8.1.1. Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;

8.1.2. Realizar o pagamento pela execução do objeto contratual;

8.1.3. Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.

8.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estipulado, desde que verificada a adequação dos materiais fornecidos com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;

8.1.5. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja entregue qualquer objeto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

8.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessários ao fornecimento do objeto;

8.1.7. Comunicar oficialmente à CONTRATADA, por escrito, qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento dos materiais, para que sejam dotadas as medidas corretivas necessárias.

8.1.8. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação durante a verificação de conformidade e/ou no decorrer de sua utilização.

8.1.9. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), por intermédio do servidor designado para esse fim.

8.1.10. Fornecer todas as informações e documentos necessários ao desembaraço alfandegário, em caso de bem a ser nacionalizado;

8.1.11. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados como fiscais de contrato, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.12. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.2. Da Contratada

8.2.1. Designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do contrato, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;

8.2.2. Fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e no contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados;

8.2.3. Zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicitadas;

8.2.4. Comunicar ao CONTRATANTE quaisquer anormalidades que interfira no bom andamento do contrato;

8.2.5. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

8.2.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF, como condição de pagamento, os documentos necessários;

8.2.7. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;

8.2.8. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do contrato;

8.2.9. Adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução do contrato;

8.2.10. Promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;

8.2.11. Trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;

8.2.12. Oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a, entregando o certificado de garantia quando da entrega do material;

8.2.13. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa do objeto do contrato;

8.2.14. Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total. Em se tratando de empresa nacional, deverá destacar os tributos incidentes na operação, inclusive o Imposto de Renda para que o CBMBA possa realizar as devidas retenções tributárias;

8.2.15. Observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato.

8.2.16. Providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

8.2.17. Cumprir todas as exigências mínimas deste Termo de Referência e entregar o objeto no prazo e local previstos, atendendo as condições e qualidades estipuladas, em conformidade com as especificações exigidas e constantes neste Termo de Referência e proposta de preços apresentada.

8.2.18. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações formuladas.

8.2.19. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências do CONTRATANTE.

8.2.20. Responder por quaisquer danos causados ao objeto, ou a outros bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante sua entrega.

8.2.21. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas dependências do CONTRATANTE.

8.2.22. Comunicar o CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente, referente ao fornecimento do objeto.

8.2.23. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte cinco por cento) do seu valor inicial.

8.2.24. Acatar todas as exigências do CONTRATANTE, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, nos limites do contrato;

8.2.25. Arcar com as despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.2.26. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

8.2.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto;

8.2.28. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de substituir, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data da comunicação feita pelo Departamento de Apoio Logístico – DAL.

8.2.29. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.30. Em se tratando de empresa estrangeira:

8.2.30.1. Entregar todos os documentos necessários ao desembaraço aduaneiro do equipamento, que será realizado pelo CONTRATANTE, tais como: nota fiscal, fatura proforma, conhecimento de embarque, comprovante de exportação, apólice de seguro, romaneio de embarque, entre outros.

8.2.30.2. Arcar com todas as despesas, como frete, seguro e outras, inerentes ao deslocamento dos equipamentos do Aeroporto ou Porto de entrada no Brasil, até o endereço de entrega, fornecido pelo CONTRATANTE.

8.2.30.3. Arcar com todas as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado.

8.2.30.4. Escolher, contratar e pagar os honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro (despachante), que prestará assistência à Coordenação de Contratos e à Comissão de Recebimento do CBMBA para o despacho e desembaraço aduaneiro, por conta, risco e responsabilidade da empresa que representar o(s) proponente(s) estrangeiro(s) no Brasil.

8.2.30.5. Responsabilizar-se por todo o auxílio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pelo CBMBA, devidamente credenciado perante o Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, para o efetivo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de regularização de entrada do objeto desta licitação no país, cuja a responsabilidade pela escolha, contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro, correrá exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da Contratada.

9. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida por dois representantes do CBMBA, aos quais competirá fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

9.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 154 da Lei Estadual nº 9.433, de 2005.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento dar-se-á em até 08 (oito) dias a contar do recebimento definitivo do material;

10.2. O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente;

10.3. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados: a) Prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; b) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990; c) Certificado de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao; d) Prova de regularidade com a Fazenda do estado da Bahia, que poderá ser obtida por meio do site http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/certidao/certidoes_debito.asp;

10.4. Para as comprovações elencadas no item anterior, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa;

10.5. Os documentos elencados no item 10.3 poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo Extrato do Fornecedor extraído do SIMPAS.

10.6. Em se tratando de **licitante estrangeiro**, serão aceitos documentos similares ou declaração de inexistência de documento.

10.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA, CNPJ: 22.306.987/0001-00, não sendo aceitas Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes.

10.8. Para as empresas nacionais

10.8.1. O pagamento será realizado por meio de **crédito em conta bancária**, situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor;

10.8.2. Caso a proposta de preços de empresa brasileira for apresentada em moeda estrangeira, o pagamento será efetuado em moeda brasileira, à taxa do câmbio vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, conforme Art. 89, § 2º da Lei Estadual nº 9.433/2005.

10.9. Para as empresas estrangeiras

10.9.1. O pagamento será efetuado por meio de **Carta de Crédito Internacional**;

10.9.2. O Pagamento será realizado segundo o regulado pela Receita Federal do Brasil e diretrizes da Política Monetária e do Comércio Exterior, conforme o caso, após apresentação da Fatura, Nota Fiscal ou Proforma/ Invoice e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Recebimento, observando o disposto no item relativo ao controle da execução, caput e §3º do art. 42 da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320, de 1964, a Lei nº 10.192, de 2001, c/c Decreto-lei nº 857, de 1969, bem como em conformidade com as Regras e Usos Uniformes Relativos aos Créditos Documentários, revisão de 2007, publicação nº 600 da Câmara Internacional de Comércio, bem como com as Regras Uniformes para Reembolsos Bancários, amparados em créditos documentários, de 2008, publicação nº 725 da Câmara Internacional de Comércio;

10.9.3. O pagamento será efetuado por meio de Carta de Crédito Internacional emitida pelo Banco do Brasil S/A e garantida por banco de primeira linha indicado pelo licitante no país onde está estabelecido, em conformidade com o país sede da contratada, cuja validade será de no **mínimo 12 (doze) meses, e sua liberação para pagamento ocorrerá somente mediante autorização do CBMBA, endereçada ao Banco emissor, depois de lavrado o Termo de Recebimento Definitivo**;

10.9.4. O pagamento da Carta de Crédito feito a licitante estrangeiro será efetuado na **moeda estrangeira constante da proposta e conforme o valor adjudicado e constante da Ata de Registro de Preços**;

10.9.5. Todas as despesas referentes a taxas e serviços bancários necessários para emissão de ordem de pagamento e/ou crédito documentário ou à contratação da carta de crédito (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes) ou ainda referentes à eventual renovação da Carta de Crédito correrão por conta da CONTRATADA;

10.9.6. Em caso de atraso na adoção de providências de sua competência, a CONTRATADA arcará com despesas decorrentes de aumento, tanto das taxas e serviços bancários referentes à Carta de Crédito quanto do valor do bem, em consequência de flutuação cambial ocorrida durante o período de mora;

10.9.7. A CONTRATADA deverá estar apta a pagar as taxas e serviços bancários necessários para emissão ou renovação da Carta de Crédito, **desde a assinatura do contrato**;

10.9.8. O pagamento das taxas e serviços bancários necessários para emissão ou renovação da carta de crédito internacional pela contratada deverá ocorrer no prazo de validade da proposta (precificação) apresentado pela instituição bancária, após o recebimento do aviso do CBMBA para fazê-lo;

10.9.9. O aviso se dará pelo meio mais célere, podendo, inclusive, ocorrer mediante envio de correspondência eletrônica em endereço fornecido pela Contratada, por meio de mensagem de texto, por meio de telefone celular ou mesmo por meio de aplicativos de mensagem de texto (whatsapp, telegram, etc).;

10.9.10. O CBMBA deverá iniciar em **até 05 (cinco) dias úteis** a contar da assinatura do Contrato os procedimentos para abertura da Carta de Crédito junto ao Banco do Brasil;

10.9.11. O não cumprimento do prazo previsto na proposta da instituição bancária, prevista no item 10.9.8 caracterizará o descumprimento de cláusula contratual, estando a contratada passível de penalidades, nos termos da legislação;

10.9.12. Toda a documentação, incluindo as equivalentes, apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação, sendo que em caso contrário a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para que sejam sanadas as pendências no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa da contratada aceita pela Contratante.

10.9.13. Será beneficiária da Carta de Crédito a CONTRATADA.

10.9.14. Todas as operações financeiras serão efetuadas por meio do Banco do Brasil S/A.

11. DA GARANTIA

11.1. A empresa licitante vencedora deverá fornecer garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual se obriga independentemente de ser ou não o fabricante do produto, a efetuar a qualquer tempo, substituições de todas as unidades que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para o CBMBA, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

11.2. A contratada deverá entregar juntamente com cada lote o respectivo Certificado de garantia.

12. DO CONTRATO

12.1. À medida que o CBMBA demandar a CONTRATADA para a entrega do material será firmado Contrato, cuja vigência deverá estar em conformidade com o prazo de entrega e demais previsões específicas deste Termo de Referência e previsão orçamentária.

12.2. O Contrato, conforme Art. 131, IV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, será firmado em moeda nacional (reais) após a conversão do valor em moeda estrangeira adjudicado e constante da Ata de Registro de preços, conforme Taxa PTAX de venda do dia útil imediatamente anterior à assinatura do Contrato;

12.3. Da garantia contratual

12.3.1. A garantia contratual será de 3% (três por cento) do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05.

12.3.2. Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados da data de assinatura do contrato, admitindo-se, para as demais modalidades, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos daquela data, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a inclusão de empenho.

12.3.3. A garantia contratual responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais.

12.3.4. A CONTRATADA ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.

12.3.5. No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

12.3.6. A CONTRATADA deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.

12.3.7. Será recusada a garantia que não atender às especificações, sendo facultado à CONTRATADA apresentar caução em dinheiro, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação da recusa.

12.3.8. A não substituição da garantia recusada constitui motivo para rescisão do contrato, nos termos do art. 167, 111, da Lei estadual no 9.433/05.

12.3.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período adicional de 03 (três) meses, contado do termo final de vigência do contrato, o qual deverá ser sempre contemplado na hipótese de prorrogação.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Será exigida comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

13.2. Uma vez que o CBMBA pretende adquirir 4.000 pares de botas de combate a incêndio, equipamento imprescindível para as ocorrências de combate a incêndio, sem a qual o bombeiro estará exposto ao fogo, comprometendo a integridade de seus pés, faz-se necessário que a empresa vencedora comprove a capacidade de fornecimento de uma quantidade considerável do referido equipamento de uma única vez a fim de não trazer prejuízos à atividade do CBMBA. Assim, para a demonstração da capacidade técnico-operacional da licitante, será considerada satisfatória a comprovação da execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos para o saque mínimo estabelecido no item 14.4, ou seja, 400 pares de botas.

14. CONSIDERAÇÕES AO REGISTRO DE PREÇO

14.1. O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia será o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para Registro de Preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

14.2. São órgãos participantes o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia e a Secretaria de Segurança Pública, para propiciar àquela secretaria adquirir o item contido neste Registro de Preço para o CBMBA com recursos do Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP, haja vista a execução centralizada do referido Fundo;

14.3. A gestão da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Coordenação de Gestão de Contratos e Convênios – CGCC do Departamento de Apoio Logístico do CBMBA;

14.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado da Bahia, pelo prazo de 12 (doze) meses;

14.5. O CBMBA não demandará lote inferior a 800 (oitocentas) botas de combate a incêndio.

15. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Poderá haver adesão posterior à Ata de registro de preços decorrente desta licitação, devendo serem observados os limites quantitativos e as regras definidas no Decreto Estadual nº 19.252/2019 e na minuta da ata de registro de preços;

15.2. Somente será autorizada a adesão após a primeira aquisição advinda da Ata de Registro de Preços pelo CBMBA;

15.3. As adesões à Ata de registro de preços, a que se refere o item 16.1, são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, e não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador;

15.4. A quantidade mínima a ser fornecida para adesão deverá ser de 800 (oitocentas) botas.

16. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

16.1. Visando ampliar a competitividade e consequentemente a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública, fica recomendado que o certame seja na modalidade Pregão, do tipo eletrônico, de âmbito internacional, pelas razões explicitadas no item 2 deste Termo de Referência.

17. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

17.1. A descrição do item SIMPAS, indicada nos autos do processo e utilizada na Oferta de Compra e, ao término da licitação, na Autorização de Fornecimento de Material - AFM, é mera referência, devendo ser observada a descrição integral do objeto, como consta na especificação técnica, item 3, deste Termo de Referência.

17.2. A proposta de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto da presente licitação, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras e frete até o destino, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da vencedora;

17.3. Tratando-se de item importado, equivale ao Incoterm - Termo Internacional de Comércio, discriminado pela International Chamber of Commerce (ICC) em sua Publicação nº 723E, de 2020, como DPU-DELIVERED AT PLACE UNLOADED (*named place of destination*) ENTREGUE NO LOCAL DESCARREGADO (local de destino). Serão acrescidos ainda, como obrigação da CONTRATADA, os custos de desembaraço, transporte e seguros domésticos e quaisquer despesas até a entrega no Departamento de Apoio Logístico do CBMBA;

17.4. Os pagamentos serão realizados pelo CBMBA, de acordo com o fornecimento efetivamente executado e os correspondentes preços unitários consignados na proposta comercial da CONTRATADA, no prazo máximo de até 08 (oito) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestadas pelo CBMBA, através de crédito em conta bancária ou liberação da carta de crédito, nos casos de licitante estrangeiro, sendo previamente consultada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

17.5. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição.

17.6. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

17.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

17.8. Por ocasião da apresentação da proposta deve ser indicado o país de fabricação.

17.9. Cada bota de combate a incêndio estrutural deverá possuir uma etiqueta durável, resistente e legível, contendo dados específicos da empresa, tais como número de série, tamanho e local de produção.

Salvador, 21 de março de 2024

THIAGO LOPES ALENCAR DE CARVALHO - TEN BM
Coordenador da COMPAT/ DAL

ANDERSON BARBOSA BISPO - SD BM
Auxiliar da Seção de Especificação e Uniformização de Materiais

Atesto para os devidos fins, que o presente Termo de Referência está de acordo com as especificações solicitadas por este Departamento.

JAMILLE DE ALMEIDA FREITAS CAMPOS - MAJ BM
Diretora do DAL



Documento assinado eletronicamente por **Thiago L. Alencar de Carvalho, Tenente**, em 21/03/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Barbosa Bispo, Soldado de 1A. Classe**, em 21/03/2024, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jamille Almeida Freitas Campos, Major**, em 22/03/2024, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00083676771** e o código CRC **340E57DC**.